



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Instituição declara, também, em atendimento aos termos do Artigo 11º, do Regulamento Anexo à

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. Resolução nº 4.122/12, do Conselho Monetário Nacional, que as operações da Instituição estão sendo ade- (BERJ ou Instituição), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, produzidas de acordo quadas para consecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Negócios submetido e aprovado pelo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Banco Central do Brasil.

Central do Brasil.

Atenciosamente.

No exercício, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 322 milhões, contabilizando um Patrimônio Líquido de R\$ 4.738 milhões e Ativos Totais no montante de R\$ 5.943 milhões.

Rio de Janeiro, RJ, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Reais mil

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE	2.706.002	3.910.437	CIRCULANTE	224.652	1.683.253
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	52	55	DEPÓSITOS.....	-	1.029.751
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5).....	1.684.632	79.169	Depósitos Interfinanceiros (Nota 13a).....	-	1.029.751
Aplicações no Mercado Aberto.....	328.647	79.169	OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	1.312	1.286
Depósitos Interfinanceiros.....	1.355.985	-	Outras Instituições.....	1.312	1.286
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			OUTRAS OBRIGAÇÕES	223.340	652.216
DERIVATIVOS (Nota 6).....	388.747	2.971.037	Sociais e Estatutárias (Nota 16d).....	59.458	-
Carteira Própria.....	318.873	2.919.003	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a).....	132.840	626.703
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	137	-	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	1.290	1.265
Vinculados à Prestação de Garantias.....	69.737	52.034	Diversas (Nota 15b).....	29.752	24.248
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	5			
Transferências Internas de Recursos.....	-	5			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	317.652	248.442			
Empréstimos e Financiamentos.....	319.508	249.690	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	979.994	876.225
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(1.856)	(1.248)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	979.994	876.225
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	314.919	606.797	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a).....	868.662	765.316
Rendas a Receber.....	1.410	19.594	Diversas (Nota 15b).....	111.332	110.909
Diversos.....	313.875	588.555			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(366)	(1.352)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16).....	4.738.227	4.661.747
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9).....	-	4.932	Capital:		
Outros Valores e Bens.....	100.289	104.339	- De Domiciliados no País.....	3.087.000	3.087.000
Provisões para Desvalorizações.....	(100.289)	(99.407)	Reservas de Lucros.....	1.734.996	1.612.527
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.924.122	3.002.725	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	(83.769)	(37.780)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6).....	133.815	582.681			
Carteira Própria.....	90.680	536.210			
Moedas de Privatização.....	43.135	46.471			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	980.716	1.066.268			
Empréstimos e Financiamentos.....	985.768	1.071.626			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(5.052)	(5.358)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	1.809.591	1.353.776			
Diversos.....	1.812.427	1.356.393			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(2.836)	(2.617)			
PERMANENTE	312.749	308.063			
INVESTIMENTOS	312.020	307.166			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País (Nota 10).....	311.686	306.831			
Outros Investimentos.....	3.174	3.175			
Provisão para Perdas.....	(2.840)	(2.840)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11).....	446	529			
Outras Imobilizações de Uso.....	723	723			
Depreciações Acumuladas.....	(277)	(194)			
INTANGÍVEL (Nota 12).....	283	368			
Outros Ativos Intangíveis.....	545	523			
Amortizações Acumuladas.....	(262)	(155)			
TOTAL	5.942.873	7.221.225	TOTAL	5.942.873	7.221.225

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	205.511	516.591	516.591	9.361.586
Operações de Crédito.....	101.703	202.188	202.188	208.344
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d).....	103.671	314.266	314.266	9.153.242
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6d).....	137	137	137	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	734	14.930	14.930	4.336.644
Operações de Captações no Mercado (Nota 13).....	-	14.187	14.187	4.337.329
Operações de Empréstimos e Repasses.....	27	52	52	44
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	707	691	691	(729)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	204.777	501.661	501.661	5.024.942
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(7.855)	6.886	6.886	(292.762)
Despesas de Pessoal (Nota 17).....	(11.056)	(19.046)	(19.046)	(15.917)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18).....	(6.745)	(18.017)	(18.017)	(27.747)
Despesas Tributárias (Nota 19).....	(12.218)	(31.623)	(31.623)	(281.864)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10).....	(3.535)	11.295	11.295	24.873
Outras Receitas Operacionais (Nota 20).....	70.622	162.392	162.392	162.775
Outras Despesas Operacionais (Nota 21).....	(44.923)	(98.115)	(98.115)	(154.882)
RESULTADO OPERACIONAL	196.922	508.547	508.547	4.732.180
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 22).....	(2.820)	5.781	5.781	60.358
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	194.102	514.328	514.328	4.792.538
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24).....	(59.248)	(192.401)	(192.401)	(1.179.830)
Provisão para Imposto de Renda.....	(58.402)	(133.831)	(133.831)	(761.434)
Provisão para Contribuição Social.....	(21.992)	(90.319)	(90.319)	(389.915)
Ativo Fiscal Diferido.....	21.146	31.749	31.749	(28.481)
LUCRO LÍQUIDO	134.854	321.927	321.927	3.612.708
Número de ações (Nota 16a).....	155.463	155.463	155.463	155.463
Lucro por ação em R\$.....	867,43	2.070,76	2.070,76	23.238,38

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Próprias	Controladas e Coligadas		
Saldos em 30.06.2016	3.087.000	192.181	1.562.989	(88.938)	(361)	-	4.752.871
Pagamento Dividendos com Reserva (Nota 16d).....	-	-	(120.000)	-	-	-	(120.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	5.379	151	-	5.530
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	134.854	134.854
Destinações: - Reservas.....	-	6.742	93.084	-	-	(99.826)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(15.028)	(15.028)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 16d).....	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldos em 31.12.2016	3.087.000	198.923	1.536.073	(83.559)	(210)	-	4.738.227
Saldos em 31.12.2014	52.288.489	136.191	1.940.721	(62.068)	497	-	54.303.830
Aumento de Capital com Reserva (Nota 16b).....	134.000	(134.000)	-	-	-	-	-
Redução de Capital - AGE 17.11.2015 (Nota 16b).....	(49.203.095)	-	-	-	-	-	(49.203.095)
Redução de Capital por Cisão (Nota 16b).....	(132.394)	-	-	-	-	-	(132.394)
Dividendos Declarados - RD 27.2.2015 (Nota 16d).....	-	-	(1.940.000)	-	-	-	(1.940.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	24.294	(503)	-	23.791
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	3.612.708	3.612.708
Destinações: - Reservas.....	-	180.636	1.428.979	-	-	(1.609.615)	-
- Dividendos Antecipados - AGE 14.12.2015.....	-	-	-	-	-	(303.093)	(303.093)
- Juros sobre o Capital Próprio - AGE 14.12.2015.....	-	-	-	-	-	(1.700.000)	(1.700.000)
Saldos em 31.12.2015	3.087.000	182.827	1.429.700	(37.774)	(6)	-	4.661.747
Pagamento Dividendos com Reserva (Nota 16d).....	-	-	(120.000)	-	-	-	(120.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(45.785)	(204)	-	(45.989)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	321.927	321.927
Destinações: - Reservas.....	-	16.096	226.373	-	-	(242.469)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(59.458)	(59.458)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 16d).....	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldos em 31.12.2016	3.087.000	198.923	1.536.073	(83.559)	(210)	-	4.738.227

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Bradesco

Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	194.102	514.328	4.792.538
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	50.482	66.268	(32.419)
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	707	691	(729)
Depreciações e Amortizações.....	96	191	182
Provisão/(Reversão) para Desvalorização de Ativos.....	4.545	741	(60.126)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	3.535	(11.295)	(24.873)
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	41.599	75.940	53.127
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	244.584	580.596	4.760.119
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(108.537)	(473.304)	46.187.028
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	677.973	2.236.737	(382.443)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	1	5	(5)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	1.723	14.495	202.668
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(69.398)	(120.495)	(101.845)
Aumento/(Redução) de Depósitos Interfinanceiros.....	-	(1.029.751)	(374.302)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Operações Compromissadas.....	-	-	(20.479.946)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	14	27	22
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	12.562	26.846	(643.775)
Impostos de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(36.373)	(699.476)	(1.898.529)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais.....	722.549	535.680	27.268.992
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	224.962	709.089	25.038.912
Alienação de Investimentos.....	-	6.025	-
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	-	-	(119)
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas.....	18.171	18.385	254
Aquisição de Intangível.....	-	(22)	(19)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos.....	243.133	733.477	25.039.028
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Redução do Capital em Espécie.....	-	-	(49.150.724)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprios Pagos.....	(137.000)	(137.000)	(3.716.891)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos.....	(137.000)	(137.000)	(52.867.615)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	828.682	1.132.157	(559.595)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	382.699	79.224	638.819
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	1.211.381	1.211.381	79.224
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	828.682	1.132.157	(559.595)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertencentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades. O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para fins de contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)

- de 15 a 30 dias.....
- de 31 a 60 dias.....
- de 61 a 90 dias.....
- de 91 a 120 dias.....
- de 121 a 150 dias.....
- de 151 a 180 dias.....
- superior a 180 dias.....

Classificação do cliente

- B
- C
- D
- E
- F
- G
- H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor de mercado dos títulos e valores imobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano e móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	52	55
Total de disponibilidades (caixa)	52	55
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	328.647	79.169
Aplicações em depósitos interfinanceiros (1)	882.682	-
Total caixa e equivalentes de caixa	1.211.381	79.224

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título e prazos

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	2016					2015				
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos públicos	-	-	-	112.872	112.872	104.797	8.075	98.505	9.208	
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	69.737	69.737	69.859	(122)	52.034	5	
Moedas de privatização	-	-	-	43.135	43.135	34.938	8.197	46.471	9.203	
Títulos privados	117.709	137	22.641	214.326	409.690	555.739	(146.049)	3.455.213	(76.639)	
Debêntures	-	-	-	90.680	90.680	238.141	(147.461)	188.432	(72.450)	
Instrumentos financeiros derivativos	-	137	-	-	137	667	(530)	-	-	
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-	-	392.373	198	
Fundos de investimento	117.066	-	-	-	117.066	117.066	-	439.928	-	
Letras financeiras	643	54.876	22.641	123.646	201.807	199.865	1.942	2.434.480	(4.387)	
Total em 2016	117.709	55.013	22.641	327.198	522.562	660.536	(137.974)	3.553.718	(67.431)	
Total em 2015	465.724	498.432	1.390.067	1.199.495	-	-	-	-	-	

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	2016					2015				
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos para negociação (2):	643	54.876	22.641	193.383	271.544	269.724	1.820	2.428.742	(4.476)	
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	69.737	69.737	69.859	(122)	52.034	5	
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	3.459	-	
Letras financeiras	643	54.876	22.641	123.646	201.807	199.865	1.942	2.373.249	(4.481)	
Instrumentos financeiros derivativos	-	137	-	-	137	667	(530)	-	-	
Títulos disponíveis para venda (3):	117.066	-	-	133.815	250.881	390.145	(139.264)	1.124.976	(62.955)	
Debêntures	-	-	-	90.680	90.680	238.141	(147.461)	184.973	(72.450)	
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	-	61.231	94	
Fundos de investimento	117.066	-	-	-	117.066	117.066	-	439.928	-	
Moedas de privatização	-	-	-	43.135	43.135	34.938	8.197	46.471	9.203	
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-	-	392.373	198	
Total em 2016	117.709	55.013	22.641	327.198	522.562	660.536	(137.974)	3.553.718	(67.431)	
Total em 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, houve perdas por *impairment*, no valor de R\$ 14.235 mil, relacionadas a títulos classificados na categoria disponíveis para venda.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O BERJ participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias. São operações de *swaps* de taxas de juros. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco.

As operações envolvendo contratos de *swaps* são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

l) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016		2015	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos de swap				
Posição ativa:	156.956	-	-	-
- IGP-M	156.956	-	-	-

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	2016	2015
Aplicações no mercado aberto:					
Posição Bancada					
- Letras do Tesouro Nacional	328.647	-	-	328.647	79.169
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	882.681	473.304	1.355.985	-
Total em 2016	328.647	882.681	473.304	1.684.632	-
%	19,5	52,4	28,1	100,0	-
Total em 2015	79.169	-	-	-	79.169
%	100,0	-	-	-	100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	31.270	51.109
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	97.479	5.275.227
Total (Nota 6d)	128.749	5.326.336

II) Composição dos instrumentos financeiros derivativos, demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2016			2015		
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Ajuste a receber - swap	667	(530)	137	-	-	-
Total do Ativo em 2016	667	(530)	137	-	-	-
Total do Ativo em 2015	-	-	-	-	-	-

III) Contratos de swap - (Notional)

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 90 dias		91 a 180 dias	
	2016	2015	2016	2015
Contratos de swap	-	-	156.956	156.956
Total em 2016	-	-	156.956	156.956
Total em 2015	-	-	-	-

d) Resultados com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016		2015	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	128.749	5.326.336	-	-
Títulos de renda fixa	199.753	3.826.906	-	-
Perdas Permanentes	(14.236)	-	-	-
Subtotal	314.266	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	137	-	-	-
Total	314.403	9.153.242	-	-

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Em 31 de dezembro - R\$ mil										
	Curso normal							Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016 (A)	%	2015 (A)	%	
Empréstimos e títulos descontados	15.970	20.256	13.631	59.547	210.104	985.768	1.305.276	99,6	1.321.316	99,5	
Outros créditos (1)	218	215	1.051	520	1.068	2.284	5.356	0,4	6.005	0,5	
Total em 2016	16.188	20.471	14.682	60.067	211.172	988.052	1.310.632	100,0	1.327.321	100,0	
Total em 2015	14.690	14.217	15.158	118.853	89.312	1.075.091	-	-	-	-	

Operações de crédito	Em 31 de dezembro - R\$ mil										
	Curso anormal							Total geral (A+B+C)			
	Parcelas vencidas										
1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016 (B)	%	2015 (B)	%		
Empréstimos e títulos descontados	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outros créditos (1)	37	45	27	82	-	24	215	100,0	1.169	100,0	
Total em 2016	37	45	27	82	-	24	215	100,0	1.169	100,0	
Total em 2015	64	87	30	255	733	-	-	-	-	-	

Operações de crédito	Em 31 de dezembro - R\$ mil										
	Curso anormal							Total geral (A+B+C)			
	Parcelas vincendas										
1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016 (C)	%	2015 (C)	%		
Empréstimos e títulos descontados	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outros créditos (1)	51	63	32	88	148	290	672	100,0	820	100,0	
Total em 2016	51	63	32	88	148	290	672	100,0	1.311.519	100,0	
Total em 2015	54	54	32	98	175	407	820	100,0	1.329.310	100,0	

(1) Outros créditos compreendem a devedores por compra de valores e bens.

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição das operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Níveis de risco	Saldo da carteira					Provisão					Provisão mínima requerida
	Curso normal	Curso anormal		Total	%	Específica		Genérica	Total	%	
		Vencidas	Vincendas			Vencidas	Vincendas				
AA.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.....	1.229.724	-	-	1.229.724	93,8	-	-	6.149	6.149	0,5	0,5
B.....	76.361	-	-	76.361	5,8	-	-	764	764	1,0	1,0
C.....	4.547	7	6	4.560	0,3	-	-	136	136	3,0	3,0
D.....	-	12	61	73	-	1	6	-	7	10,0	10,0
E.....	-	56	117	173	-	17	35	-	52	30,0	30,0
F.....	-	68	420	488	0,1	34	210	-	244	50,0	50,0
G.....	-	25	47	72	-	18	33	-	51	70,0	70,0
H.....	-	47	21	68	-	47	21	-	68	100,0	100,0
Total em 2016	1.310.632	215	672	1.311.519	100,0	117	305	7.049	7.471		
Total em 2015	1.327.321	1.169	820	1.329.310	100,0	1.088	200	6.770	8.058		

c) Modalidades e níveis de risco

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2016 (A)		2015 (A)	
										%	%	%	%
Empréstimos e títulos descontados.....	-	1.228.977	76.299	-	-	-	-	-	-	1.305.276	99,5	1.321.316	99,4
Outros créditos.....	-	747	62	4.560	73	173	488	72	68	6.243	0,5	7.994	0,6
Total em 2016	-	1.229.724	76.361	4.560	73	173	488	72	68	1.311.519	100,0	1.329.310	100,0
%.....	-	93,8	5,8	0,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2015	-	1.321.833	709	5.376	108	-	-	46	1.238	-	-	1.329.310	100,0
%.....	-	99,4	0,1	0,4	-	-	-	-	0,1	-	-	-	100,0

d) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Setor privado	Em 31 de dezembro - R\$ mil				Diversos	2016		2015	
	2016	%	2015	%					
Serviços	1.308.115	99,7	1.324.998	99,7	Títulos e créditos a receber (1).....	82.784	170.275		
Holdings, atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial.....	73.825	5,6	69.901	5,3	Devedores por depósitos em garantia (2).....	1.305.950	1.109.095		
Atividades imobiliárias, aluguel e serviços	1.157.991	88,3	1.175.766	88,4	Impostos e contribuições a compensar.....	13.514	13.823		
Construção civil.....	76.299	5,8	79.331	6,0	Pagamentos a ressarcir (3).....	125.569	113.100		
Pessoa Física.....	3.404	0,3	4.312	0,3	Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 24c)	589.821	527.549		
Total	1.311.519	100,0	1.329.310	100,0	Devedores por compra de valores e bens.....	6.243	7.994		
					Outros.....	2.421	3.112		
					Subtotal de outros créditos - diversos	2.126.302	1.944.948		
					Provisão para outros créditos				
					Com característica de concessão de crédito.....	(563)	(1.452)		
					Sem característica de concessão de crédito (1).....	(2.639)	(2.517)		
					Subtotal de Provisão para outros créditos	(3.202)	(3.969)		
					Total de outros créditos	2.124.510	1.960.573		

e) Concentração das operações de crédito

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Maior devedor.....	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	% (1)	2015	% (1)
Dez maiores devedores.....	1.310.102	99,8	1.327.386	99,8
Vinte maiores devedores.....	1.310.883	99,9	1.328.245	99,9
Cinquenta maiores devedores.....	1.311.519	100,0	1.329.310	100,0

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Saldo inicial (1).....	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
- Provisão específica (2).....	1.288	946
- Provisão genérica (3).....	6.770	7.841
Constituição/(Reversão) de provisão.....	755	(729)
Baixas para prejuízo.....	(1.342)	-
Saldo final (1).....	7.471	8.058
- Provisão específica (2).....	422	1.288
- Provisão genérica (3).....	7.049	6.770

(1) Inclui R\$ 563 mil (2015 - R\$ 1.452 mil) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 8);

(2) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(3) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior.

A Instituição não teve operações recuperadas e renegociadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

8) OUTROS CRÉDITOS

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Rendas a receber	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Dividendos e bonificações a receber.....	212	18.384
Outras rendas a receber.....	1.198	1.210
Subtotal de rendas a receber	1.410	19.594

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participação em coligadas e controladas".

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2016	2015	2016	2015
			BEC - DTVM Ltda.	25.800			49.987	-	24.199	99,999996
Serel Participações em Imóveis S.A. (1).....	390.000	2.011.930	1.640	-	11,356734	9.506	224.753	206.150	18.993	17.361
Tapajós Holdings Ltda. (1) (2).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.160
Caeté Holdings Ltda. (3).....	-	-	-	-	-	-	-	5.670	348	1.835
Marselha Holdings Ltda. (1).....	344.800	721.274	-	141	0,054640	-	393	347	47	94
Empresa Brasileira de Soldas Elétricas S.A. - EBSE (4)	-	-	-	-	-	-	-	33.954	(33.954)	(5.769)
Tecnologia Bancária S.A. (1) (5).....	-	405.144	-	-	9,022183	-	36.553	14.004	22.549	-
Total geral							311.686	306.831	11.295	24.873

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;

(2) Investimento transferido para Banco Bradesco Cartões, AGE de 17 de novembro de 2015;

(3) Investimento alienado por redução de capital desproporcional conforme Instrumento de Alteração do Contrato Social da Caeté Holdings Ltda. de 31.3.2016;

(4) Em 2016 foi registrada perda por impairment para este investimento; e

(5) Em 2016 o investimento passou a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial devido a aquisição do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo pela organização Bradesco.

11) IMOBILIZADO DE USO

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Imóveis de Uso:	Taxes	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2016	2015
				Benfeitorias.....	
Instalações, móveis e equipamentos.....	10%	118	(49)	69	81
Sistema de comunicação e processamento de dados.....	20%	125	(84)	41	64
Total em 2016		723	(277)	446	
Total em 2015		723	(194)		529

12) INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Software.....	Taxes	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				2016	2015
					20%
Total em 2016		545	(262)	283	
Total em 2015		523	(155)		368

13) CAPTAÇÕES

a) Depósitos interfinanceiros

Não há depósitos interfinanceiros em 31 de dezembro de 2016 (2015 - R\$ 1.029.751 mil), e as despesas de captação somaram R\$ 14.187 mil (2015 - R\$ 1.858.178 mil).

b) Obrigações por operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há obrigações com operações compromissadas e as despesas de captação somaram em 2015 R\$ 2.479.151 mil.

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é do PIS e da COFINS no montante de R\$ 711.155 mil (2015 - R\$ 640.737 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício de 2016.....	2.130	98.373	671.347
Atualização monetária.....	87	548	70.654
Constituições líquidas de reversões.....	(286)	5.121	(186)
Baixas por pagamentos.....	(349)	(95)	-
Saldo no final do exercício de 2016 (Nota 15)	1.582	103.947	741.815

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis - responsabilidades

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são de Atuação de IRPJ e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 568.503 mil (2015 - R\$ 431.706 mil).

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 3 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões fiscais (Nota 14b).....	741.815	671.347
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	129.975	621.316
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 24c).....	120.078	87.201
Impostos e contribuições a recolher.....	9.634	12.155
Total	1.001.502	1.392.019

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para passivos contingentes (Nota 14b).....	105.529	100.503
Outras obrigações (1).....	28.615	27.558
Diversas.....	6.940	7.096
Total	141.084	135.157

(1) Inclui: (i) Montante a devolver ao Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 11.920 mil (2015 - R\$ 11.252 mil), decorrente de obrigações contidas no Edital de Venda do Berj; e (ii) Montantes devidos aos diversos credores habilitados durante o regime de liquidação deste Banco de R\$ 8.460 mil (2015 - R\$ 8.293 mil).

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 3.087.000 mil (2015 - R\$ 3.087.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (2015 - 155.463 ações ordinárias).

A Assembleia Geral Extraordinária de 17.11.2015 deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 134.000 mil mediante a capitalização de parte do saldo "Reserva de Lucros - Reserva Legal", sem emissão de ações e redução de capital de R\$ 49.203.095 mil, sem cancelamento de ações.

b) Composição do capital social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial.....	155.463	155.463	3.087.000	52.288.489
AGE 31.1.2015 - Cisão parcial para Trenton (1).....	-	-	-	(132.394)
Aumento/Redução do capital - AGE 17.11.2015 (Nota 16a).....	-	-	-	(49.069.095)
Saldo final	155.463	155.463	3.087.000	3.087.000

(1) Em 31 de janeiro de 2015, foram transferidos imóveis para Trenton Empreendimentos e Participações Ltda., mediante cisão parcial no patrimônio do Bradesco BERJ, com versão da parcela cindida à citada empresa. A cisão do acervo dos imóveis acarretou uma redução do patrimônio líquido do BERJ no montante de R\$ 132.394 mil, mediante redução do seu capital social, passando de R\$ 52.288.489 mil para R\$ 52.156.095 mil, sem cancelamento de ações representativas do seu capital social.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros.....	1.734.996	1.612.527
- Legal (1).....	198.923	182.827
- Estatutária (2).....	1.536.073	1.429.700

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutária, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Em Reunião da Diretoria de 23.12.2016, foi deliberado o pagamento de dividendos ao acionista no valor de R\$ 120.000 mil, à conta de Reserva de Lucros - Estatutária, efetuado na mesma data.

Demonstrativo dos dividendos relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido dos exercícios.....	321.927	3.612.708
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(16.096)	(180.636)
Base de cálculo ajustada.....	305.831	3.432.072
Dividendos.....	59.458	303.093
Juros sobre o capital próprio.....	20.000	1.700.000
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio.....	(3.000)	(255.000)
Juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda e dividendos.....	76.458	1.748.093
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	25,0%	50,9%
Valor em Reais por ação	491,81	11.244,43

17) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos.....	9.988	7.352
Benefícios.....	5.368	6.099
Encargos sociais.....	2.575	1.953
Participação dos empregados no lucro.....	395	459
Outras.....	720	54
Total	19.046	15.917

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços técnicos especializados.....	11.948	7.493
Serviços de terceiros.....	1.512	1.384
Condomínios.....	1.768	2.318
Contribuições filantrópicas.....	800	13.665
Aluguéis.....	439	516
Propaganda, publicidade e publicações.....	384	334
Sistema financeiro.....	363	781
Depreciações e amortizações.....	191	182
Outros.....	612	1.074
Total	18.017	27.747

19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à COFINS.....	23.964	238.499
Contribuição ao PIS.....	3.894	38.780
Despesas com impostos - IPTU.....	2.934	3.359
Impostos e taxas.....	831	1.226
Total	31.623	281.864

20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Atualização sobre depósitos vinculados.....	79.715	77.663
Atualização monetária sobre precatórios a receber.....	72.703	46.285
Juros sobre impostos a compensar.....	4.613	2.743
Recuperação de encargos e despesas.....	2.711	8.167
Reversão de provisão operacional (1).....	1.677	27.917
Outras.....	973	-
Total	162.392	162.775

(1) Em 2015 inclui reversão de provisão para perdas com Outros Créditos, no valor de R\$ 10.524 mil e reversão de provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas, no valor de R\$ 16.624 mil.

21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Varição monetária passiva (1).....	83.433	90.284
Provisões cíveis.....	6.022	2.312
Despesa com patrocínio.....	2.233	19.481
Provisões fiscais.....	598	28.704
Outras.....	5.829	14.101
Total	98.115	154.882

(1) Refere-se aos juros SELIC sobre provisões fiscais.

22) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado na baixa de valores e bens.....	4.743	10.556
Resultado na baixa de bens imobilizado.....	1.116	1.239
Rendas de aluguéis.....	651	2.371
(Provisão) Reversão de desvalorização de outros valores e bens.....	(882)	49.485
Outras.....	153	(3.293)
Total	5.781	60.358

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador direto (Banco Bradesco Cartões S.A.), controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas e Controladas	
	2016	2015	2016	2015
Ativos				
Aplicações no mercado aberto.....	328.647	79.169	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	1.355.985	-	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	199.864	2.373.249	-	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	137	-	-	-
Dividendos a receber.....	-	-	212	18.384
Passivos				
Depósitos interfinanceiros.....	-	1.029.751	-	-
Dividendos a pagar.....	59.458	-	-	-

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas e Controladas	
	2016	2015	2016	2015
Receitas de intermediação financeira.....	234.949	5.380.841	-	-
Despesas de intermediação financeira.....	(16.379)	(4.337.329)	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais.....	-	1.468	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.
- Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 8.100 mil (2015 - R\$ 5.500 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 4.600 mil (2015 - R\$ 5.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.
- Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos.....	7.802	5.152
Contribuição ao INSS.....	1.756	1.159
Total	9.558	6.311

Benefícios pós-emprego

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	4.363	5.166
Total	4.363	5.166

O BERJ não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	514.328	4.792.538
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(231.447)	(2.156.642)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	21.787	11.193
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(3.115)	(16.236)
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2).....	-	42.672
Juros sobre o capital próprio pagos.....	9.000	765.000
Outros Valores (3).....	11.374	174.183
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(192.401)	(1.179.830)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;

(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e

(3) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(224.150)	(1.151.348)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias.....	50.514	7.514
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social.....	(18.765)	(100.020)
Constituição no período sobre:		
Prejuízo fiscal.....	-	15.972
Ativação do crédito tributário - Lei nº 13.169/15:		
Adições temporárias.....	-	48.052
Total dos ativos fiscais diferidos	31.749	(28.482)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(192.401)	(1.179.830)

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			Saldo em 31.12.2016
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.582	887	685	7.784
Provisões cíveis.....	43.761	448	445	43.764
Provisões fiscais.....	306.614	28.457	84	334.987
Provisões trabalhistas	949	198	469	678
Ajuste valor de mercado dos títulos para negociação	855	-	855	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	17.411	20.543	-	37.954
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	44.726	1.907	1.749	44.884
Outras provisões	44.673	2.504	143	47.034
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	466.571	54.944	4.430	517.085
Prejuízo fiscal e base negativa.....	35.795	-	18.765	17.030
Subtotal (1).....	502.366	54.944	23.195	534.115
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda.....	25.183	30.523	-	55.706
Total dos créditos tributários (Nota 8)	527.549	85.467	23.195	589.821
Obrigações fiscais diferidas (Nota 15a)	87.201	33.325	448	120.078
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	440.348	52.142	22.747	469.743

(1) Em 2015, inclui o montante de R\$ 48.052 mil, relativo a majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil				Total
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2017.....	24.578	18.213	15.972	1.058	59.821
2018.....	50.201	38.521	-	-	88.722
2019.....	24.506	18.238	-	-	42.744
2020.....	67.798	51.694	-	-	119.492
2021.....	63.379	48.272	-	-	111.651
2022.....	63.398	48.287	-	-	111.685
Total	293.860	223.225	15.972	1.058	534.115

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 484.684 mil (2015 - R\$ 472.355 mil) sendo R\$ 467.933 mil (2015 - R\$ 437.344 mil) de diferenças temporárias e R\$ 16.751 mil (2015 - R\$ 35.011 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Todos os créditos tributários do BERJ foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 120.078 mil (2015 - R\$ 87.201 mil) relativo a ganho de capital R\$ 18.876 mil (2015 - R\$ 19.323 mil), R\$ 1.439 mil relativo a marcação de mercado e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 99.763 mil (2015 - R\$ 67.878 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

c) Benefícios a empregados

O BERJ é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do BERJ são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do BERJ são de 5% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante os exercícios totalizaram R\$ 4.428 mil (2015 - R\$ 5.230 mil).

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S-RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco BERJ S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BERJ S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 22 de março de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Andre Pola Dala
Contador CRC 1SP214007/O-2

Fluxo de clientes no bimestre recua 12,46% ante 2016

De acordo com o Índice Seed de Varejo (ISV), levantamento realizado pela Seed, empresa de inteligência destinada ao varejo físico, o fluxo de visitantes no varejo físico no primeiro bimestre de 2017 teve uma retração de 12,46% em relação ao mesmo período de 2016.

A Seed também fez um comparativo mensal e identificou que janeiro de 2017 teve uma retração de 11,04% no fluxo de visitantes no varejo físico, enquanto em fevereiro de 2017 o movimento foi ainda menor, registrando uma queda de 14,26% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Comparando janeiro a fevereiro de 2016, o fluxo encolheu 20,71% no período, enquanto no ano de 2017, o fluxo de

fevereiro foi 23,58% menor que o identificado em janeiro.

O movimento nas lojas de rua teve uma queda de 9,55% em comparação ao primeiro bimestre de 2016. Já nos shopping centers, o fluxo caiu 13,59%.

– Segundo estudos recentes da Fecomércio-SP o faturamento do comércio varejista, após 3 anos consecutivos de queda, deve apresentar crescimento em 2017. Em contrapartida das projeções feitas, o fluxo de visitantes registra sua segunda queda no ano e, um recuo de 12,46% se compararmos com o mesmo período do ano anterior. Essa divergência entre o aumento do faturamento e a queda do fluxo se dá pelo aumento da eficiência das lojas, que estão

investindo em tecnologia e inovação para aumentar suas taxas de conversão. Segundo pesquisa da CNC, o índice de confiança do empresário do comércio subiu mais de 18% em janeiro. Isso significa uma maior tendência para investimentos. Na comparação com janeiro de “2016, a intenção dos comerciantes em contratar funcionários cresceu 11%. Já as intenções de investir no capital das empresas subiram 6,3%. Para médio e longo prazo, tecnologia expansão, treinamento de pessoas e compreensão do comportamento do consumidor são considerados pontos importantes para o futuro – Alexandre Karmakis Bazzi, Head de Insights da Seed Digital.

SACs terão recuo de 7,20% e queda nos empregos nesse ano

A atividade de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) terá retração de 7,20% neste ano, segundo dados do levantamento anual da E-Consulting, boutique de estratégia, líder em criação, desenvolvimento e implementação de serviços profissionais em TI, Telecom e Internet para empresas líderes em seus mercados. Das cinco frentes do mercado de Contact Center avaliados pela consultoria, o SAC é o único nicho que prevê queda no faturamento, com a previsão de movimento R\$ 6,43 bilhões frente aos R\$ 6,93 bilhões gerados em 2016.

Com isso, o sinal vermelho é acionado aos trabalhadores da área de Serviço de Atendimento ao Consumidor, já que o setor

prevê manter apenas 1.539 milhões de pessoas empregadas dos 1.613 milhões de colaboradores empregados no ano passado, sinalizando uma redução de 4,6% se comparado no último ano. Já o número de PA's também diminuirá, passando de 814 mil, em 2016, para 794 mil neste ano, o que representa uma queda de 2,5%.

Os reflexos da transformação digital nos SACs são sentidos no percentual de crescimento de uso por canais virtuais nas operações de contact center. A expectativa é que este tipo de serviço arrecade R\$ 1,92 bilhões em 2017 contra os R\$ 1,42 bilhões em 2016, prevendo um aumento de 35% no faturamento em comparação com o acumulado do ano passa-

do. As outras razões pela queda são os novos players de mercado com novos serviços e ofertas de canais, a mudança de hábito de segmentos de consumidores aliada às novas gerações de consumidores, e a internalização estratégica nas empresas contratantes.

Se por um lado o cenário é de baixa nas atividades do SAC nas empresas, por outro lado as linhas de ofertas tradicionais, como recuperação de crédito e B2B, têm expectativas positivas e devem gerar, respectivamente, R\$ 3,96 bilhões contra R\$ 3,63 bilhões em 2017 e R\$ 1,34 bilhões contra R\$ 1,30 bilhões em 2017. Já tele vendas poderá crescer apenas 0,5%, arrecadando R\$ 2,87 bilhões. Em 2016, a frente somou R\$ 2,86 bilhões.



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. Resolução nº 4.122/12, do Conselho Monetário Nacional, que as operações da Instituição estão sendo ade- (BERJ ou Instituição), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, produzidas de acordo quadas para consecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Negócios submetido e aprovado pelo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Banco Central do Brasil.

Central do Brasil.

No exercício, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 322 milhões, contabilizando um Patrimônio Líquido de R\$ 4.738 milhões e Ativos Totais no montante de R\$ 5.943 milhões.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, RJ, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Reais mil

	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	2.706.002	3.910.437	CIRCULANTE	224.652	1.683.253
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	52	55	DEPÓSITOS	-	1.029.751
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	1.684.632	79.169	Depósitos Interfinanceiros (Nota 13a)	-	1.029.751
Aplicações no Mercado Aberto	328.647	79.169	OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.312	1.286
Depósitos Interfinanceiros	1.355.985	-	Outras Instituições	1.312	1.286
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			OUTRAS OBRIGAÇÕES	223.340	652.216
DERIVATIVOS (Nota 6)	388.747	2.971.037	Sociais e Estatutárias (Nota 16d)	59.458	-
Carteira Própria	318.873	2.919.003	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	132.840	626.703
Instrumentos Financeiros Derivativos	137	-	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.290	1.265
Vinculados à Prestação de Garantias	69.737	52.034	Diversas (Nota 15b)	29.752	24.248
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS					
Transferências Internas de Recursos	-	5			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	317.652	248.442			
Empréstimos e Financiamentos	319.508	249.690	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	979.994	876.225
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.856)	(1.248)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	979.994	876.225
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	314.919	606.797	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	868.662	765.316
Rendas a Receber	1.410	19.594	Diversas (Nota 15b)	111.332	110.909
Diversos	313.875	588.555			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(366)	(1.352)			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)					
Outros Valores e Bens	100.289	104.339	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	4.738.227	4.661.747
Provisões para Desvalorizações	(100.289)	(99.407)	Capital:		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.924.122	3.002.725	- De Domiciliados no País	3.087.000	3.087.000
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Reservas de Lucros	1.734.996	1.612.527
DERIVATIVOS (Nota 6)	133.815	582.681	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(83.769)	(37.780)
Carteira Própria	90.680	536.210			
Moedas de Privatização	43.135	46.471			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	980.716	1.066.268			
Empréstimos e Financiamentos	985.768	1.071.626			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.052)	(5.358)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	1.809.591	1.353.776			
Diversos	1.812.427	1.356.393			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.836)	(2.617)			
PERMANENTE	312.749	308.063			
INVESTIMENTOS	312.020	307.166			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País (Nota 10)	311.686	306.831			
Outros Investimentos	3.174	3.175			
Provisão para Perdas	(2.840)	(2.840)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	446	529			
Outras Imobilizações de Uso	723	723			
Depreciações Acumuladas	(277)	(194)			
INTANGÍVEL (Nota 12)	283	368			
Outros Ativos Intangíveis	545	523			
Amortizações Acumuladas	(262)	(155)			
TOTAL	5.942.873	7.221.225	TOTAL	5.942.873	7.221.225

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	205.511	516.591	516.591	9.361.586
Operações de Crédito	101.703	202.188	202.188	208.344
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	103.671	314.266	314.266	9.153.242
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6d)	137	137	137	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	734	14.930	14.930	4.336.644
Operações de Captações no Mercado (Nota 13)	-	14.187	14.187	4.337.329
Operações de Empréstimos e Repasses	27	52	52	44
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	707	691	691	(729)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	204.777	501.661	501.661	5.024.942
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(7.855)	6.886	6.886	(292.762)
Despesas de Pessoal (Nota 17)	(11.056)	(19.046)	(19.046)	(15.917)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18)	(6.745)	(18.017)	(18.017)	(27.747)
Despesas Tributárias (Nota 19)	(12.218)	(31.623)	(31.623)	(281.864)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10)	(3.535)	11.295	11.295	24.873
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	70.622	162.392	162.392	162.775
Outras Despesas Operacionais (Nota 21)	(44.923)	(98.115)	(98.115)	(154.882)
RESULTADO OPERACIONAL	196.922	508.547	508.547	4.732.180
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 22)	(2.820)	5.781	5.781	60.358
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	194.102	514.328	514.328	4.792.538
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24)	(59.248)	(192.401)	(192.401)	(1.179.830)
Provisão para Imposto de Renda	(58.402)	(133.831)	(133.831)	(761.434)
Provisão para Contribuição Social	(21.992)	(90.319)	(90.319)	(389.915)
Ativo Fiscal Diferido	21.146	31.749	31.749	(28.481)
LUCRO LÍQUIDO	134.854	321.927	321.927	3.612.708
Número de ações (Nota 16a)	155.463	155.463	155.463	155.463
Lucro por ação em R\$	867,43	2.070,76	2.070,76	23.238,38

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Próprias	Controladas e Coligadas		
Saldos em 30.06.2016	3.087.000	192.181	1.562.989	(88.938)	(361)	-	4.752.871
Pagamento Dividendos com Reserva (Nota 16d)	-	-	(120.000)	-	-	-	(120.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	5.379	151	-	5.530
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	134.854	134.854
Destinações: - Reservas	-	6.742	93.084	-	-	(99.826)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(15.028)	(15.028)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 16d)	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldos em 31.12.2016	3.087.000	198.923	1.536.073	(83.559)	(210)	-	4.738.227
Saldos em 31.12.2014	52.288.489	136.191	1.940.721	(62.068)	497	-	54.303.830
Aumento de Capital com Reserva (Nota 16b)	134.000	(134.000)	-	-	-	-	-
Redução de Capital - AGE 17.11.2015 (Nota 16b)	(49.203.095)	-	-	-	-	-	(49.203.095)
Redução de Capital por Cisão (Nota 16b)	(132.394)	-	-	-	-	-	(132.394)
Dividendos Declarados - RD 27.2.2015 (Nota 16d)	-	-	(1.940.000)	-	-	-	(1.940.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	24.294	(503)	-	23.791
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	3.612.708	3.612.708
Destinações: - Reservas	-	180.636	1.428.979	-	-	(1.609.615)	-
- Dividendos Antecipados - AGE 14.12.2015	-	-	-	-	-	(303.093)	(303.093)
- Juros sobre o Capital Próprio - AGE 14.12.2015	-	-	-	-	-	(1.700.000)	(1.700.000)
Saldos em 31.12.2015	3.087.000	182.827	1.429.700	(37.774)	(6)	-	4.661.747
Pagamento Dividendos com Reserva (Nota 16d)	-	-	(120.000)	-	-	-	(120.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(45.785)	(204)	-	(45.989)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	321.927	321.927
Destinações: - Reservas	-	16.096	226.373	-	-	(242.469)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(59.458)	(59.458)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 16d)	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldos em 31.12.2016	3.087.000	198.923	1.536.073	(83.559)	(210)	-	4.738.227

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação


Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6.º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	194.102	514.328	4.792.538
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	50.482	66.268	(32.419)
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	707	691	(729)
Depreciações e Amortizações.....	96	191	182
Provisão/(Reversão) para Desvalorização de Ativos.....	4.545	741	(60.126)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	3.535	(11.295)	(24.873)
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	41.599	75.940	53.127
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	244.584	580.596	4.760.119
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(108.537)	(473.304)	46.187.028
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	677.973	2.236.737	(382.443)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	1	5	(5)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	1.723	14.495	202.668
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(69.398)	(120.495)	(101.845)
Aumento/(Redução) de Depósitos Interfinanceiros.....	-	(1.029.751)	(374.302)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Operações Compromissadas.....	-	-	(20.479.946)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	14	27	22
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	12.562	26.846	(643.775)
Impostos de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(36.373)	(699.476)	(1.898.529)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais.....	722.549	535.680	27.268.992
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	224.962	709.089	25.038.912
Alienação de Investimentos.....	-	6.025	-
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	-	-	(119)
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas.....	18.171	18.385	254
Aquisição de Intangível.....	-	(22)	(19)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos.....	243.133	733.477	25.039.028
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Redução do Capital em Espécie.....	-	-	(49.150.724)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprios Pagos.....	(137.000)	(137.000)	(3.716.891)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos.....	(137.000)	(137.000)	(52.867.615)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	828.682	1.132.157	(559.595)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	382.699	79.224	638.819
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	1.211.381	1.211.381	79.224
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	828.682	1.132.157	(559.595)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades. O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para fins de contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 1.º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

• *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e

• *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59.º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60.º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor de mercado dos títulos e valores imobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano e móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

continua...

...continuação


Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional.....	52	55
Total de disponibilidades (caixa).....	52	55
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	328.647	79.169
Aplicações em depósitos interfinanceiros (1).....	882.682	-
Total caixa e equivalentes de caixa.....	1.211.381	79.224

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	2016	2015
Aplicações no mercado aberto:					
Posição Bancada					
- Letras do Tesouro Nacional.....	328.647	-	-	328.647	79.169
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
- Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	882.681	473.304	1.355.985	-
Total em 2016.....	328.647	882.681	473.304	1.684.632	-
%.....	19,5	52,4	28,1	100,0	-
Total em 2015.....	79.169	-	-	-	79.169
%.....	100,0	-	-	-	100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada.....	31.270	51.109
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros.....	97.479	5.275.227
Total (Nota 6d).....	128.749	5.326.336

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Composição da carteira por título e prazos

Títulos						2016		2015	
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos públicos.....	-	-	-	112.872	112.872	104.797	8.075	98.505	9.208
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	69.737	69.737	69.859	(122)	52.034	5
Moedas de privatização.....	-	-	-	43.135	43.135	34.938	8.197	46.471	9.203
Títulos privados.....	117.709	137	22.641	214.326	409.690	555.739	(146.049)	3.455.213	(76.639)
Debêntures.....	-	-	-	90.680	90.680	238.141	(147.461)	188.432	(72.450)
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	137	-	-	137	667	(530)	-	-
Notas promissórias.....	-	-	-	-	-	-	-	392.373	198
Fundos de investimento.....	117.066	-	-	-	117.066	117.066	-	439.928	-
Letras financeiras.....	643	54.876	22.641	123.646	201.807	199.865	1.942	2.434.480	(4.387)
Total em 2016.....	117.709	55.013	22.641	327.198	522.562	660.536	(137.974)	3.553.718	(67.431)
Total em 2015.....	465.724	498.432	1.390.067	1.199.495					

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos						2016		2015	
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2):.....	643	54.876	22.641	193.383	271.544	269.724	1.820	2.428.742	(4.476)
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	69.737	69.737	69.859	(122)	52.034	5
Debêntures.....	-	-	-	-	-	-	-	3.459	-
Letras financeiras.....	643	54.876	22.641	123.646	201.807	199.865	1.942	2.373.249	(4.481)
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	137	-	-	137	667	(530)	-	-
Títulos disponíveis para venda (3):.....	117.066	-	-	133.815	250.881	390.145	(139.264)	1.124.976	(62.955)
Debêntures.....	-	-	-	90.680	90.680	238.141	(147.461)	184.973	(72.450)
Letras financeiras.....	-	-	-	-	-	-	-	61.231	94
Fundos de investimento.....	117.066	-	-	-	117.066	117.066	-	439.928	-
Moedas de privatização.....	-	-	-	43.135	43.135	34.938	8.197	46.471	9.203
Notas promissórias.....	-	-	-	-	-	-	-	392.373	198
Total em 2016.....	117.709	55.013	22.641	327.198	522.562	660.536	(137.974)	3.553.718	(67.431)
Total em 2015.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, houve perdas por *impairment*, no valor de R\$ 14.235 mil, relacionadas a títulos classificados na categoria disponíveis para venda.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O BERJ participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias. São operações de *swaps* de taxas de juros. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco.

As operações envolvendo contratos de *swaps* são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

l) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016		2015	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos de swap				
Posição ativa:.....	156.956	-	-	-
- IGP-M.....	156.956	-	-	-

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

II) Composição dos instrumentos financeiros derivativos, demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

	2016			2015		
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Ajuste a receber - swap.....	667	(530)	137	-	-	-
Total do Ativo em 2016.....	667	(530)	137	-	-	-
Total do Ativo em 2015.....	-	-	-	-	-	-

III) Contratos de swap - (Notional)

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	Total	
	2016	2015	2016	2015
Contratos de swap.....	-	156.956	156.956	-
Total em 2016.....	-	156.956	156.956	-
Total em 2015.....	-	-	-	-

d) Resultados com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	128.749	5.326.336
Títulos de renda fixa.....	199.753	3.826.906
Perdas Permanentes.....	(14.236)	-
Subtotal.....	314.266	-
Resultado de operações com derivativos.....	137	-
Total.....	314.403	9.153.242

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal							Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016 (A)	%	2015 (A)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	15.970	20.256	13.631	59.547	210.104	985.768	1.305.276	99,6	1.321.316	99,5
Outros créditos (1).....	218	215	1.051	520	1.068	2.284	5.356	0,4	6.005	0,5
Total em 2016.....	16.188	20.471	14.682	60.067	211.172	988.052	1.310.632	100,0	1.327.321	100,0
Total em 2015.....	14.690	14.217	15.158	118.853	89.312	1.075.091				

continua...

...continuação


Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Operações de crédito	Curso anual						2016 (B)		2015 (B)	
	Parcelas vencidas						2016 (B)	%	2015 (B)	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Empréstimos e títulos descontados.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos (1).....	37	45	27	82	-	24	215	100,0	1.169	100,0
Total em 2016	37	45	27	82	-	24	215	100,0	1.169	100,0
Total em 2015	64	87	30	255	733				1.169	100,0

Operações de crédito	Curso anual						2016 (C)		2015 (C)		2016		2015	
	Parcelas vencidas						2016 (C)	%	2015 (C)	%	2016	%	2015	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias								
Empréstimos e títulos descontados.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.305.276	99,5	1.321.316	99,4
Outros créditos (1).....	51	63	32	88	148	290	672	100,0	820	100,0	6.243	0,5	7.994	0,6
Total em 2016	51	63	32	88	148	290	672	100,0	820	100,0	1.311.519	100,0	1.329.310	100,0
Total em 2015	54	54	32	98	175	407			820	100,0			1.329.310	100,0

(1) Outros créditos compreendem a devedores por compra de valores e bens.

b) Composição das operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis de risco	Saldo da carteira					Provisão					Provisão mínima requerida	
	Curso normal	Curso anormal			Total	%	Específica		Genérica	Total		%
		Vencidas	Vencidas	Vencidas			Vencidas	Vencidas				
AA.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.....	1.229.724	-	-	1.229.724	93,8	-	-	6.149	6.149	0,5		
B.....	76.361	-	-	76.361	5,8	-	-	764	764	1,0		
C.....	4.547	7	6	4.560	0,3	-	-	136	136	3,0		
D.....	-	12	61	73	-	1	6	-	7	10,0		
E.....	-	56	117	173	-	17	35	-	52	30,0		
F.....	-	68	420	488	0,1	34	210	-	244	50,0		
G.....	-	25	47	72	-	18	33	-	51	70,0		
H.....	-	47	21	68	-	47	21	-	68	100,0		
Total em 2016	1.310.632	215	672	1.311.519	100,0	117	305	7.049	7.471			
Total em 2015	1.327.321	1.169	820	1.329.310	100,0	1.088	200	6.770	8.058			

c) Modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2016 (A)		2015 (A)	
										2016 (A)	%	2015 (A)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	-	1.228.977	76.299	-	-	-	-	-	-	1.305.276	99,5	1.321.316	99,4
Outros créditos.....	-	747	62	4.560	73	173	488	72	68	6.243	0,5	7.994	0,6
Total em 2016	-	1.229.724	76.361	4.560	73	173	488	72	68	1.311.519	100,0	1.329.310	100,0
%.....		93,8	5,8	0,4	-	-	-	-	-				
Total em 2015	-	1.321.833	709	5.376	108	-	-	46	1.238			1.329.310	100,0
%.....		99,4	0,1	0,4	-	-	-	-	0,1				

d) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 31 de dezembro - R\$ mil				Diversos	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2016	%	2015	%		2016	2015	
Serviços	1.308.115	99,7	1.324.998	99,7				
Holdings, atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial.....	73.825	5,6	69.901	5,3	82.784	170.275		
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços	1.157.991	88,3	1.175.766	88,4	1.305.950	1.109.095		
Construção civil.....	76.299	5,8	79.331	6,0	13.514	13.823		
Pessoa Física	3.404	0,3	4.312	0,3	125.569	113.100		
Total	1.311.519	100,0	1.329.310	100,0	589.821	527.549		
					Devedores por compra de valores e bens.....	6.243	7.994	
					Outros.....	2.421	3.112	
					Subtotal de outros créditos - diversos	2.126.302	1.944.948	

e) Concentração das operações de crédito

Maior devedor.....	Em 31 de dezembro - R\$ mil				Diversos	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	% (1)	2015	% (1)		2016	2015
Dez maiores devedores.....	1.155.152	88,1	1.175.659	88,4	Com característica de concessão de crédito.....	(563)	(1.452)
Vinte maiores devedores.....	1.310.102	99,8	1.327.386	99,8	Sem característica de concessão de crédito (1).....	(2.639)	(2.517)
Cinquenta maiores devedores.....	1.311.519	100,0	1.329.310	100,0	Subtotal de Provisão para outros créditos	(3.202)	(3.969)
					Total de outros créditos	2.124.510	1.960.573

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo inicial (1).....	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Constituição/(Reversão) de provisão.....	Baixas para prejuízo.....	Saldo final (1).....
	2016	2015			
- Provisão específica (2).....	1.288	946	755	(1.342)	7.471
- Provisão genérica (3).....	6.770	7.841			8.058
			422		1.288
			7.049		6.770

(1) Inclui R\$ 563 mil (2015 - R\$ 1.452 mil) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 8);

(2) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(3) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior.

A Instituição não teve operações recuperadas e renegociadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

8) OUTROS CRÉDITOS

Bens	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Custo líquido de provisão
	2016	2015	
Imóveis.....	88.872	(88.872)	4.924
Obras de arte.....	11.362	(11.362)	-
Veículos e afins.....	55	(55)	8
Total em 2016	100.289	(100.289)	-
Total em 2015	104.339	(99.407)	4.932

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participação em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2016	2015	2016	2015
			BEC - DTVM Ltda.	25.800			49.987	-	24.199	99,999996
Serel Participações em Imóveis S.A. (1).....	390.000	2.011.930	1.640	-	11,356734	9.506	224.753	206.150	18.993	17.361
Tapajós Holdings Ltda. (1) (2).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.160
Caeté Holdings Ltda. (3).....	-	-	-	-	-	-	-	5.670	348	1.835
Marselha Holdings Ltda. (1).....	344.800	721.274	-	141	0,054640	-	393	347	47	94
Empresa Brasileira de Soldas Elétricas S.A. - EBSE (4).....	-	-	-	-	-	-	-	33.954	(33.954)	(5.769)
Tecnologia Bancária S.A. (1) (5).....	-	405.144	-	-	9,022183	-	36.553	14.004	22.549	-
Total geral							311.686	306.831	11.295	24.873

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;

(2) Investimento transferido para Banco Bradesco Cartões, AGE de 17 de novembro de 2015;

(3) Investimento alienado por redução de capital desproporcional conforme Instrumento de Alteração do Contrato Social da Caeté Holdings Ltda. de 31.3.2016;

(4) Em 2016 foi registrada perda por impairment para este investimento; e

(5) Em 2016 o investimento passou a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial devido a aquisição do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo pela organização Bradesco.

11) IMOBILIZADO DE USO

Imóveis de Uso:	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxas	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2016	2015
Benefícios.....		480	(144)	336	384
Instalações, móveis e equipamentos.....	10%	118	(49)	69	81
Sistema de comunicação e processamento de dados.....	20%	125	(84)	41	64
Total em 2016		723	(277)	446	
Total em 2015		723	(194)		529

continua...

...continuação


Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12) INTANGÍVEL

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Taxas	Custo	Amortização
Software	20%	545	(262)
Total em 2016		545	(262)
Total em 2015		523	(155)

13) CAPTAÇÕES

a) Depósitos interfinanceiros

Não há depósitos interfinanceiros em 31 de dezembro de 2016 (2015 - R\$ 1.029.751 mil), e as despesas de captação somaram R\$ 14.187 mil (2015 - R\$ 1.858.178 mil).

b) Obrigações por operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há obrigações com operações compromissadas e as despesas de captação somaram em 2015 R\$ 2.479.151 mil.

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é do PIS e da COFINS no montante de R\$ 711.155 mil (2015 - R\$ 640.737 mil); pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício de 2016	2.130	98.373	671.347
Atualização monetária	87	548	70.654
Constituições líquidas de reversões	(286)	5.121	(186)
Baixas por pagamentos	(349)	(95)	-
Saldo no final do exercício de 2016 (Nota 15)	1.582	103.947	741.815

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis - responsabilidades

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são de Autuação de IRPJ e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 568.503 mil (2015 - R\$ 431.706 mil).

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 3 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões fiscais (Nota 14b)	741.815	671.347
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	129.975	621.316
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 24c)	120.078	87.201
Impostos e contribuições a recolher	9.634	12.155
Total	1.001.502	1.392.019

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para passivos contingentes (Nota 14b)	105.529	100.503
Outras obrigações (1)	28.615	27.558
Diversas	6.940	7.096
Total	141.084	135.157

(1) Inclui: (i) Montante a devolver ao Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 11.920 mil (2015 - R\$ 11.252 mil), decorrente de obrigações contidas no Edital de Venda do Berj; e (ii) Montantes devidos aos diversos credores habilitados durante o regime de liquidação deste Banco de R\$ 8.460 mil (2015 - R\$ 8.293 mil).

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 3.087.000 mil (2015 - R\$ 3.087.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (2015 - 155.463 ações ordinárias).

A Assembleia Geral Extraordinária de 17.11.2015 deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 134.000 mil mediante a capitalização de parte do saldo "Reserva de Lucros - Reserva Legal", sem emissão de ações e redução de capital de R\$ 49.203.095 mil, sem cancelamento de ações.

b) Composição do capital social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	155.463	155.463	3.087.000	52.288.489
AGE 31.1.2015 - Cisão parcial para Trenton (1)	-	-	-	(132.394)
Aumento/Redução do capital - AGE 17.11.2015 (Nota 16a)	-	-	-	(49.069.095)
Saldo final	155.463	155.463	3.087.000	3.087.000

(1) Em 31 de janeiro de 2015, foram transferidos imóveis para Trenton Empreendimentos e Participações Ltda., mediante cisão parcial no patrimônio do Bradesco BERJ, com versão da parcela cindida à citada empresa. A cisão do acervo dos imóveis acarretou uma redução do patrimônio líquido do BERJ no mon-

tante de R\$ 132.394 mil, mediante redução do seu capital social, passando de R\$ 52.288.489 mil para R\$ 52.156.095 mil, sem cancelamento de ações representativas do seu capital social.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	1.734.996	1.612.527
- Legal (1)	198.823	182.827
- Estatutária (2)	1.536.073	1.429.700

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutária, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Em Reunião da Diretoria de 23.12.2016, foi deliberado o pagamento de dividendos ao acionista no valor de R\$ 120.000 mil, à conta de Reserva de Lucros - Estatutária, efetuado na mesma data.

Demonstrativo dos dividendos relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido dos exercícios	321.927	3.612.708
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(16.096)	(180.636)
Base de cálculo ajustada	305.831	3.432.072
Dividendos	59.458	303.093
Juros sobre o capital próprio	20.000	1.700.000
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(3.000)	(255.000)
Juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda e dividendos	76.458	1.748.093
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	25,0%	50,9%
Valor em Reais por ação	491,81	11.244,43

17) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	9.988	7.352
Benefícios	5.368	6.099
Encargos sociais	2.575	1.953
Participação dos empregados no lucro	395	459
Outras	720	54
Total	19.046	15.917

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços técnicos especializados	11.948	7.493
Serviços de terceiros	1.512	1.384
Condomínios	1.768	2.318
Contribuições filantrópicas	800	13.665
Aluguéis	439	516
Propaganda, publicidade e publicações	384	334
Sistema financeiro	363	781
Depreciações e amortizações	191	182
Outros	612	1.074
Total	18.017	27.747

19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à COFINS	23.964	238.499
Contribuição ao PIS	3.894	38.780
Despesas com impostos - IPTU	2.934	3.359
Impostos e taxas	831	1.226
Total	31.623	281.864

20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Atualização sobre depósitos vinculados	79.715	77.663
Atualização monetária sobre precatórios a receber	72.703	46.285
Juros sobre impostos a compensar	4.613	2.743
Recuperação de encargos e despesas	2.711	8.167
Reversão de provisão operacional (1)	1.677	27.917
Outras	973	-
Total	162.392	162.775

(1) Em 2015 inclui reversão de provisão para perdas com Outros Créditos, no valor de R\$ 10.524 mil e reversão de provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas, no valor de R\$ 16.624 mil.

21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Variação monetária passiva (1)	83.433	90.284
Provisões cíveis	6.022	2.312
Despesa com patrocínio	2.233	19.481
Provisões fiscais	598	28.704
Outras	5.829	14.101
Total	98.115	154.882

(1) Refere-se aos juros SELIC sobre provisões fiscais.

22) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado na baixa de valores e bens	4.743	10.556
Resultado na baixa de bens imobilizado	1.116	1.239
Rendas de aluguéis	651	2.371
(Provisão) Reversão de desvalorização de outros valores e bens	(882)	49.485
Outras	153	(3.293)
Total	5.781	60.358

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador direto (Banco Bradesco Cartões S.A.), controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas e Controladas	
	2016	2015	2016	2015
Ativos				
Aplicações no mercado aberto	328.647	79.169	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.355.985	-	-	-
Titulos e valores mobiliários	199.864	2.373.249	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	137	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	212	18.384
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	-	1.029.751	-	-
Dividendos a pagar	59.458	-	-	-

continua...

...continuação


Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

 Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para

as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


 KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 22 de março de 2017

Andre Pola Dala

Contador CRC 1SP214007/O-2

Id: 2019125

BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURÍSTICOS S.A.
CNPJ/MF nº 03.422.594/0001-17 - NIRE 33.300.263.349

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2016. 1. LOCAL, HORA E DATA: Realizada na sede da Brasturinvest Investimentos Turísticos S.A. ("Cia."), na Av. Atlântica nº 2.964, parte, Copacabana, CEP 22070-000, Rio/RJ, às 11:00 horas, no dia 1º/11/2016.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensado o aviso de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas".

3. MESA: Presidente: Paulo Fernandez Dias; Secretário: Bianca Leal Bastos.

4. ORDEM DO DIA: (i) deliberar sobre o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da **Convento do Carmo S.A.** pela Cia.; (ii) ratificar a indicação e contratação dos peritos que avaliaram o patrimônio líquido da **Convento do Carmo S.A.** a ser incorporado pela Cia. e aprovar o Laudo de Avaliação dos peritos; (iii) aprovar a incorporação da **Convento do Carmo S.A.**; caso aprovada a incorporação, deliberar sobre: (iv) eventual aumento do capital da Cia.; (v) autorizar a Diretoria a praticar os atos necessários à consumação da incorporação; (vi) aprovar a abertura de filial e alteração do estatuto social; (vii) reforma total do Estatuto Social da Cia., para implementar as alterações deliberadas nesta Assembleia, bem como outras julgadas convenientes pelos acionistas.

5. DELIBERAÇÕES TOMADAS PELA TOTALIDADE DOS ACIONISTAS DA CIA. EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 5.1. **Leitura de Documentos:** Foi lido o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da **Convento do Carmo S.A.** sociedade anônima com sede na Rua do Carmo nº 1, Santo Antônio, Salvador/Bahia, CEP 40301-380, CNPJ/MF sob nº 04.354.765/0001-80, e NIRE BA 29.30002697-2 ("Convento do Carmo"), pela Cia., e o respectivo Laudo de Avaliação preparado pela **PREMIUMBRAVO - FINANÇAS CORPORATIVAS, M&A LTDA.**, com sede na Rua Arandu, 281, Conjunto 81, São Paulo/SP, CNPJ/MF sob nº 20.711.538/0001-11, e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob nº 004216/8, empresa que avaliou o patrimônio líquido da **Convento do Carmo** a ser incorporado pela Cia. ("Empresa Especializada"), os quais, devidamente autenticados pela Mesa e arquivados na sede da Cia., passam a fazer parte desta ata como Anexos I e II, respectivamente.

5.2. Os acionistas aprovaram, sem qualquer ressalva, o Instrumento de Protocolo e Justificação (Anexo I) no qual foram estabelecidos os termos e condições e expostos os motivos para a incorporação da sociedade **Convento do Carmo** pela Cia..

5.3. Os acionistas ratificaram a nomeação da Empresa Especializada, que elaborou o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da **Convento do Carmo**, com base no Balanço Especial levantado em 31 de outubro de 2016. Em continuidade, foi deliberado e aprovado o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da **Convento do Carmo** (Anexo II).

5.4. Tendo em vista as deliberações acima, os acionistas aprovaram, nos termos do Art. 227, §3º da Lei nº 6.404/76, a incorporação pela Cia. da totalidade do patrimônio líquido da **Convento do Carmo**, nos termos do Instrumento de Protocolo e Justificação, declarando a extinção da **Convento do Carmo**, em razão da incorporação.

5.5. Considerando que o valor líquido dos ativos e passivos da **Convento do Carmo** a serem incorporados à Cia. é equivalente ao das ações que esta detém do patrimônio líquido da **Convento do Carmo**, as quais, por força da incorporação pretendida serão extintas, nos termos do §1º do Art. 226 da Lei nº 6.404/76, a incorporação realizar-se-á sem que haja aumento ou redução do capital social da Cia., assim como não haverá emissão de novas ações e alteração do montante do capital social da Cia..

5.6 Em consequência da incorporação, a sociedade **Convento do Carmo** será extinta de pleno direito, ficando aprovado o cancelamento da totalidade das suas ações, com a consequente assunção de todas as suas obrigações e responsabilidades pela Cia..

5.7 Os acionistas aprovaram a abertura de filial da Cia. na Rua do Carmo nº 1, Santo Antônio, Salvador/Bahia, CEP 40301-380, para fins de continuidade das atividades no estabelecimento hoteleiro localizado na sede da sociedade ora incorporada. Dessa forma, aprovaram, sem ressalvas, a alteração do Art. 2º do Estatuto Social da Cia., que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º - A Cia. tem sede e foro na Avenida Atlântica, nº 2.964, parte, Copacabana, Rio/RJ, CEP 22.070-000, podendo, a critério da Diretoria, criar e extinguir sucursais, filiais, agências, escritórios, nesta cidade ou em qualquer outra parte do território nacional ou estrangeiro. § Único: A Cia. possui as seguintes filiais: (i) Estrada Vereador Benedito Adelino, nº 3.700, Centro, Angra dos Reis/RJ, CEP 23900-000, CNPJ/MF nº 03.422.594/0002-06 e NIRE 339.0102057-2; (ii) Avenida Atlântica, nº 2.964, parte, Copacabana, Rio/RJ, CEP 22.070-000, CNPJ/MF nº 03.422.594/0003-89 e NIRE 339.0102596-5; (iii) Rua Comendador Araújo, 499, bairro Batel, Curitiba/PR, CEP 80.420-000, CNPJ/MF nº 03.422.594/0005-40 e NIRE 419.0113360-8; (iv) Rua Fonte do Boi, nº 216, antiga Brigadeiro Faria Rocha, no Morro do Conselho, Bairro do Rio Vermelho, subdistrito de Amaralina, Salvador/BA, CEP 41940-360, CNPJ/MF nº 03.594/0007-02 e NIRE 299.0094810-2; (v) Av. Dinarte Mariz nº 5.525, Via Costeira, CEP 59090-001, Natal/RN, CNPJ/MF nº 03.422.594/0004-60 e NIRE 249.0021145-8; (vi) Rua Tutóia, nº 77, Paraisópolis, CEP 04007-000, São Paulo/SP; (vii) Rua do Carmo nº 1, Santo Antônio, Salvador/BA, CEP 40301-380." 5.8 Em decorrência da aprovação da abertura da filial deliberada acima, bem como outras julgadas convenientes pelos acionistas, foi aprovada a reforma do Estatuto Social da Cia., que passará a vigorar na forma do Anexo III.

5.9. Por fim, a totalidade dos acionistas autorizou a Diretoria a praticar quaisquer atos para a efetivação da incorporação e regularização da incorporada perante os órgãos competentes, se necessário, bem como quaisquer atos necessários para a implementação das deliberações acima.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais tendo sido tratado, a Assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata, que foi lida e aprovada e vai assinada pelos presentes.

7. ASSINATURAS. Acionistas: **Djebel SGPS S.A.**, neste ato representada por seu procurador Paulo Fernandez Dias, brasileiro, casado, economista, RG nº 03.186.422-6, expedida pelo SSP/RJ, CPF/MF sob nº 629.008.547-68, residente e domiciliado no Rio/RJ, com escritório na Av. Atlântica nº 2.964, parte, Copacabana, CEP 22070-000, Rio/RJ; e Pestana Inversões S.L., neste ato representada por seu procurador Paulo Fernandez Dias, acima qualificado; Mesa: Paulo Fernandez Dias - Presidente; e Bianca Leal Bastos - Secretária. Certifico que a presente ata é cópia fiel e confere com a lavrada nos livros próprios. Rio de Janeiro, 1º/11/2016. Paulo Fernandez Dias - Presidente; Bianca Leal Bastos - Secretária.

PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO PARA A INCORPORAÇÃO DA CONVENTO DO CARMO S.A. PELA BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURÍSTICOS S.A. Pelo presente instrumento particular, **DJEBEL SGPS S.A.**, sociedade por ações com sede no Largo Antônio Nobre, na Cidade do Funchal, Madeira, Portugal, constituída de acordo com as leis de Portugal, e inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.710.461/0001-71, neste ato representada por seu procurador Paulo Fernandez Dias, RG nº 031.864.226 - IFPRJ, CPF nº 629.008.547-68, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Atlântica nº 2.964, parte, Copacabana, CEP 22070-000, Rio de Janeiro/RJ ("**DJEBEL**"); **Pestana Inversões S.L.**, sociedade de direito espanhol, com sede na Calle Pradillo, 5, bajo exterior derecha, Madrid, inscrita no Registro Mercantil de Madrid, Sección 8, Folha 410853, e inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.194.009/0001-55, neste ato representada por seu procurador Paulo Fernandez Dias, RG nº 031.864.226 - IFPRJ, CPF nº 629.008.547-68, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Atlântica nº 2.964, parte, Copacabana, CEP 22070-000, Rio de Janeiro/RJ ("**PESTANA INVERSIONES S.L.**"); Únicos acionistas da **Brasturinvest Investimentos Turístico S.A.**, sociedade anônima com sede na Av. Atlântica nº 2.964, parte, Copacabana, CEP 22070-000, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.422.594/0001-17 e NIRE RJ 33.300.263.349. **Brasturinvest Investimentos Turísticos S.A.**, acima qualificada, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Brasturinvest**"); Única acionista da **Convento do Carmo S/A**, sociedade anônima, com sede na Rua do Carmo nº 1, Santo Antônio, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40301-380, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.354.765/0001-80, e NIRE BA 29.30002697-2 ("**Convento do Carmo**"); Considerando a necessidade de se tomar medidas de racionalização e simplificação da estrutura societária do Grupo Pestana no Brasil, a convergência de interesses e os benefícios mútuos decorrentes da incorporação da **Convento do Carmo** pela **Brasturinvest**, decidem os acionistas de ambas as companhias a celebrar o presente Protocolo e Justificação de Incorporação, o qual será submetido à apreciação dos respectivos órgãos deliberativos competentes e regulará o processo de incorporação, nos seguintes termos: **1. PROTOCOLO DA INCORPORAÇÃO: 1.1 Condições Gerais da Incorporação. 1.1.1 A Brasturinvest** realizará a incorporação da **Convento do Carmo**, absorvendo integralmente seu patrimônio e sucedendo-lhe, a título universal, em todos os seus direitos e obrigações. 1.1.2 A **Brasturinvest** será, na forma da lei, integralmente responsável por todas as obrigações da **Convento do Carmo** existentes no momento da efetivação da incorporação, inclusive obrigações civis, fiscais, tributárias, comerciais, trabalhistas e previdenciárias, dentre outras. 1.1.3 A operação de incorporação em questão será submetida pelas Partes aos respectivos órgãos deliberativos competentes, mediante justificação, na forma dos artigos 225 e 227 da Lei nº 6.404/76. 1.1.4 Caberá à **Brasturinvest** a prática de todos os atos necessários para a implementação da incorporação em questão, correndo por sua conta todos os custos e despesas de sua implementação. 1.1.5 Caberá à **Brasturinvest** a guarda de todos os livros e documentos fiscais e contábeis da **Convento do Carmo** após a incorporação. **1.2. Avaliação do Patrimônio Líquido da Convento do Carmo** 1.2.1 Conforme disposto no art. 264, §1º da Lei nº 6.404/76, o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da **Convento do Carmo** foi preparado pela empresa especializada **PREMIUMBRAVO - FINANÇAS CORPORATIVAS, M&A LTDA.**, com sede na Rua Arandu, 281, Conjunto 81, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.711.538/0001-11 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob nº 004216/8 ("**PERITO**"). 1.2.2 A indicação da empresa especializada e a aprovação do Laudo de Avaliação, que constitui o Anexo I do presente Protocolo, serão submetidas à ratificação no respectivo órgão deliberativo competente das Partes, nos termos do art. 227, §1º da Lei nº 6.404/76. 1.2.3 O acervo líquido da **Convento do Carmo**, a ser vertido em sua integralidade para a **Brasturinvest**, foi avaliado pelo valor contábil, levando-se em consideração os valores constantes nos registros contábeis e demais elementos próprios da contabilidade das Partes, com base nos saldos finais em 31 de outubro de 2016 ("Data Base da Incorporação"), apurando-se o valor negativo de R\$ 23.506.911,00 (vinte e três milhões, quinhentos e seis mil, novecentos e onze reais). 1.2.4 O acervo líquido da Companhia, no valor negativo de R\$ 23.506.911,00 (vinte e três milhões, quinhentos e seis mil, novecentos e onze reais), será vertido ao patrimônio líquido da **BRASTURINVEST**, assim como todas as demais contas de seu ativo e passivo, devendo a conta de investimentos que representava o acervo líquido da **Convento do Carmo** ser baixada e as demais contas contábeis serem ajustadas, linha a linha, fazendo-se as necessárias adaptações a partir da incorporação. 1.2.5 As variações patrimoniais apuradas a partir da Data Base da Incorporação serão apropriadas pela **Brasturinvest**, transferindo-se para seus livros contábeis e efetuando-se as necessárias alterações. **1.3. Capital Social. 1.3.1** O capital social da **Convento do Carmo** é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de Reais), dividido em 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, pela única sócia **Brasturinvest**. 1.3.2 O capital social da **Brasturinvest** é de R\$ 56.820.000,00 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e vinte mil reais), dividido em 136.893.209 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e noventa e três mil, duzentas e nove) ações ordinárias e 957.434 (novecentas e cinquenta e sete mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal e com direito a voto, assim distribuídas entre os acionistas: **Acionistas - Ações Ordinárias - Ações**

Preferenciais; DJEBEL 136.893.199 - 957.434 - PESTANA INVERSIONES 10 - Total 136.893.209 - 957.434. 1.3.3 Considerando que o valor líquido dos ativos e passivos da **Convento do Carmo** a serem incorporados à **Brasturinvest** é equivalente ao das ações que a **Brasturinvest** detém do patrimônio líquido da **Convento do Carmo**, as quais, por força da incorporação pretendida serão extintas, nos termos do §1º do art. 226 da Lei nº 6.404/76, a incorporação realizar-se-á sem que haja aumento ou redução do capital social da **Brasturinvest**, assim como não haverá emissão de novas ações e alteração de seu Estatuto Social.

2. JUSTIFICAÇÃO: 2.1. A Convento do Carmo é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo a exploração de empreendimento na área de hotelaria e turismo no imóvel constituído pelo prédio e terreno situado na cidade de Salvador, Estado da Bahia, localizado no Largo do Carmo, sem número, conhecido como Convento do Carmo, inclusive o projeto e execução das necessárias obras de reforma e estruturação do imóvel para esse fim.

2.2. A Brasturinvest é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objetivo o exercício de atividades hoteleiras (incluindo-se a administração de hotéis), o exercício de atividades turísticas conexas com as atividades de hotelaria, bem como as atividades de incorporação de empreendimentos imobiliários, hoteleiros e afins, detendo 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da **Convento do Carmo**.

2.3. A incorporação da Convento do Carmo pela **Brasturinvest** se justifica pela necessidade de racionalização e simplificação da estrutura societária do grupo econômico do qual as sociedades fazem parte, com a consequente redução dos custos operacionais, especialmente de natureza gerencial, e eliminação de custos com manutenção de sociedades atualmente sem operação. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento os representantes legais das sociedades acima mencionadas em 3 (três) vias de igual teor e forma. Rio de Janeiro, 1º de novembro de 2016. Como Acionistas da BRASTURINVEST (incorporadora): **DJEBEL SGPS S.A.; PESTANA INVERSIONES S.L.** Como Acionista da **Convento do Carmo** (incorporada): **BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURÍSTICOS S.A.**

AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL APURADO POR MEIO DOS LIVROS CONTÁBEIS. 1 de novembro de 2016. PREMIUMBRAVO AUDITORES INDEPENDENTES, sociedade estabelecida na Cidade de Rio de Janeiro - RJ, na Rua Flamboyant da Peninsula, 100, Bl 003 - Sala 201 a 207, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.796.259/0001-30 e registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro CRC-RJ sob nº 004216/8, nomeada perita pela diretoria de Convento do Carmo S.A. (doravante denominada "Convento do Carmo" ou "Sociedade"), ad referendum da assembléia de acionistas da controladora Brasturinvest Investimentos Imobiliários S.A., para proceder à avaliação do Patrimônio Líquido Contábil em 31 de outubro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta o resultado de seus trabalhos. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO. O Laudo de Avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de outubro de 2016 de Convento do Carmo tem por objetivo a incorporação da Sociedade em sua controladora Brasturinvest Investimentos Turísticos S.A. **ALCANCE DOS TRABALHOS.** O Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil está sendo emitido em conexão com a revisão limitada do balanço patrimonial levantado em 31 de outubro de 2016 elaborado sob a responsabilidade da Administração da Sociedade. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria. **CONCLUSÃO.** Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor dos bens, dos direitos e das obrigações que integram o patrimônio líquido contábil da **Convento do Carmo S.A.**, conforme balanço patrimonial em 1 de novembro de 2016, resumido no Anexo, é de R\$ (23.506.911) (vinte e três milhões, quinhentos e seis mil, novecentos e onze reais) e está registrado nos livros da contabilidade, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente informamos que: (a) De acordo com as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, não temos conhecimento de conflito de interesse, direto ou indireto, tampouco de qualquer outra circunstância que represente conflito de interesse em relação aos serviços que foram por nós prestados e que estão anteriormente descritos; e (b) Não temos conhecimento de nenhuma ação do controlador, dos administradores da Sociedade ou de outras partes interessadas com objetivo de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões. Rio de Janeiro, 1 de novembro de 2016. **PREMIUMBRAVO - Auditores Independentes - CRC-RJ 004216/8; LUÍS AURÉLIO BARRETTO - Contador - CRC-RJ 076875/0. ATIVO - 01/11/2016; CIRCULANTE:** Caixa e equivalente de caixa - 16.240; Contas a receber - 183.732; Outros - 47.174. Total - 247.146; **NÃO CIRCULANTE:** Depósitos judiciais - 1.007.406; Partes relacionadas - 207.556; 1.214.962. **PASSIVO - CIRCULANTE:** Empréstimos e financiamentos - (202.153); Fonecedores - (351.117); Adiantamento de clientes - (102.377); Obrigações fiscais - (44.272); Obrigações sociais e trabalhistas - (325.019); Outros - (25.964); **Total - (1.050.902); NÃO CIRCULANTE:** Empréstimos e financiamentos - (17.481.191); Contingências - (6.436.926); (23.918.117). **TOTAL DO ACERVO LÍQUIDO - NEGATIVO - 23.506.911. Estatuto Social. CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO.** Art. 1º - Brasturinvest Investimentos Turísticos S.A. é uma Sociedade Anônima regida pelo presente Estatuto, pelas normas da Lei das Sociedades Anônimas e demais dispositivos legais aplicáveis e em vigor. Art. 2º - A Cia. tem sede e foro na Av. Atlântica, nº 2.964, parte, Copacabana, Rio/RJ, CEP 22.070-000, podendo, a cri-